



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: UNIVERSIDADE ANTONIO CARLOS – UNIPAC	RECURSO
PROCESSO Nº 05004/2006/001/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3028/2005	
TIPO DE INFRAÇÃO: LEVE	
PORTE: GRANDE	

I – RELATÓRIO

A Universidade Antonio Carlos - UNIPAC foi autuada em 07.11.2005 pela prática da infração leve tipificada no art. 19, § 1º, item 2, do Decreto 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 1º - São consideradas infrações leves:
(...)

2. deixar de atender a convocação para Licenciamento, Revalidação ou Procedimento Corretivo formulada pelo COPAM, Câmaras Especializadas ou Órgãos Seccionais de Apoio.

O autuado apresentou Defesa intempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 14.07.2006, pela Diretoria de Licenciamento e Infra-Estrutura, penalidade de advertência, para que a empresa possa sanar as irregularidades constatadas, formalizando sua LOC, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 2.129,26.

O autuado apresentou Pedido de Reconsideração tempestivo. A presidência da FEAM, em 12.04.2010, indeferiu o Pedido de Reconsideração, convertendo a advertência em multa no valor de R\$ 2.001,00.

A autuada apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “deixar de atender a convocação para licenciamento corretivo feito por meio do ofício DIURB.” (fl.03)

No Recurso Administrativo a autuada alega, em síntese, que o pagamento da multa se ocorreu em 09.08.2010, no valor de R\$ 3.498,51. Portanto requer o cancelamento do DAE.

Conforme se verifica no comprovante de pagamento da fl. 54, o autuado quitou a multa aplicada em 09.08.2010. Considerando que o autuado apenas recebeu a



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



comunicação com retorno do AR em 17.01.2011, recomenda-se o arquivamento do presente processo administrativo.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o deferimento do Recurso, considerando a quitação da penalidade de multa aplicada, com o conseqüente arquivamento do presente processo administrativo.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: